

17/9/1986

PT ameaça Sarney e Montoro com processo

Da Reportagem Local e da correspondente em Piracicaba

O PT anunciou ontem que processará por crime de prevaricação (irresponsabilidade no exercício de função pública) "as autoridades que, no prazo de dez dias, não admitirem publicamente o erro que cometeram ao acusar o partido pelos incidentes em Leme (SP)", ocorridos na madrugada de 11 de junho passado, quando duas pessoas morreram e oito ficaram feridas a tiros durante uma greve de trabalhadores rurais. A medida, anunciada ontem às 18h, em entrevista, pelo candidato a governador, Eduardo Suplicy, e pelo advogado do partido, Luis Eduardo Greenhalgh, também candidato a deputado federal, seria dirigida contra o presidente José Sarney, o ministro da Justiça, Paulo Brossard, o governador Franco Montoro, o diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, e o secretário de Segurança de São Paulo, Eduardo Muylaert.

Suplicy e Greenhalgh estiveram ontem em Piracicaba (171 km a nordeste de São Paulo), onde acompanharam, pela manhã, no quartel do 10º Batalhão da PM, o depoimento de oito policiais militares que participaram da operação policial durante a greve dos bóias-frias. Segundo o advogado, já é possível concluir-se "pela negativa da versão oficial", que responsabilizou os petistas, de acordo com o depoimento de 180 pessoas (entre parlamentares e grevistas) e do laudo pericial no ônibus que conduzia trabalhadores que não aderiram à greve. O laudo afirma que o ônibus não foi atingido por disparos de arma de fogo, e sim por pedradas.

O delegado seccional de Piracicaba, Adolpho Magalhães Lopes, que preside o inquérito, negou que já tivesse concluído pela inocência dos petistas. "O que eu afirmei é que não temos, até agora, nenhuma testemunha dizendo que os deputados atiraram. Mas amanhã, não sei", disse. O PT tem pressa na conclusão do inquérito (120 PMs faltam depor), antes das eleições, "porque o partido foi objeto de calúnia e as declarações das autoridades prejudicaram eleitoralmente o PT", disse Suplicy.

Segundo Greenhalgh, a representação por crime de prevaricação contra as autoridades públicas nada tem a ver com a interpelação judicial (já negada no caso do presidente Sarney), em que o partido exigia uma confirmação ou desmentido das acusações. O advogado acredita que já esteja provado que os tiros não partiram do Opala dos deputados e que os bóias-frias não portavam armas de fogo.

(Primeiro Caderno — Página 7)